

Formulário de Informações Trimestrais

30 de junho de 2020

Companhia Energética do Ceará
Enel Distribuição Ceará

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	239.111	91.605
Títulos e valores mobiliários	6	96.877	77.033
Consumidores e outras contas a receber	7	1.253.248	1.267.726
Ativo financeiro setorial	10	73.604	61.272
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	375.545	324.760
Tributos a compensar	9	415.933	186.068
Serviço em curso		76.052	43.583
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	183.993	-
Outros créditos		83.318	107.681
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.797.681	2.159.728
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	7	53.135	26.694
Ativo financeiro setorial	10	-	12.268
Depósitos vinculados a litígios	26	44.480	47.548
Cauções e depósitos	12	28.483	23.963
Tributos a compensar	9	1.216.271	1.425.147
Serviço em curso		-	28.060
Tributos diferidos	32	88.058	35.038
Benefício fiscal	11	28.103	30.686
Ativo indenizável (concessão)	13	2.616.915	2.372.127
Imobilizado	14	45.509	51.368
Intangível	15	1.910.824	1.931.022
Ativos contratuais	16	660.361	521.057
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.692.139	6.504.978
TOTAL DO ATIVO		9.489.820	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2020	31.12.2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	17	740.516	866.723
Empréstimos e financiamentos	20	1.017.819	342.118
Obrigações por arrendamentos	22	5.223	7.784
Debêntures	21	9.288	18.610
Salários, provisões e encargos sociais		51.177	42.489
Obrigações fiscais	19	197.894	185.920
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	323.416	102.703
Dividendos a pagar		165.955	83.283
Taxas regulamentares	23	343.703	341.208
Benefícios pós-emprego	25	1.554	2.284
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	2.892	15.399
Outras obrigações		91.764	41.175
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.951.201	2.049.696
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	20	346.923	341.730
Debêntures	21	1.486.442	1.481.977
Obrigações por arrendamentos	22	1.976	3.242
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	1.114.094	1.318.164
Passivo financeiro setorial	10	54.804	-
Obrigações fiscais	19	4.721	5.798
Taxas regulamentares	23	85.927	72.327
Benefícios pós-emprego	25	95.854	94.773
Provisão para processos judiciais e outros	26	201.322	175.042
Outras obrigações		4.004	7.906
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.396.067	3.500.959
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	27		
Capital social		892.246	808.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.780.804	1.864.804
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		2.078	(341)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	82.671
Lucros acumulados		108.753	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.142.552	3.114.051
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.489.820	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Receita líquida	29	1.339.541	2.739.124	1.280.546	2.475.364
Custo do serviço		(1.153.419)	(2.333.270)	(1.083.408)	(2.182.593)
Lucro operacional bruto		186.122	405.854	197.138	292.771
Receitas (despesas) operacionais	30				
Despesas com vendas		(80.867)	(123.583)	(21.856)	(46.012)
Despesas gerais e administrativas		(51.119)	(108.300)	(48.868)	(104.532)
Outras despesas operacionais		(295)	(1.033)	(1.092)	(2.550)
Outras receitas operacionais		4.763	8.677	12.647	26.872
Total de receitas (despesas) operacionais		(127.518)	(224.239)	(59.169)	(126.222)
Resultado do serviço público de energia elétrica		58.604	181.615	137.969	166.549
Resultado financeiro	31				
Receitas financeiras		56.263	241.155	63.208	102.762
Despesas financeiras		(87.035)	(291.931)	(69.851)	(127.161)
Total resultado financeiro		(30.772)	(50.776)	(6.643)	(24.399)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		27.832	130.839	131.326	142.150
Imposto de renda e contribuição social correntes		(48.618)	(96.468)	(25.306)	(30.871)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39.013	51.683	(7.934)	(6.183)
Incentivo fiscal		7.891	22.699	24.869	24.869
	32	(1.714)	(22.086)	(8.371)	(12.185)
Lucro líquido do período		26.118	108.753	122.955	129.965
Lucro por ação - básico e diluído	28				
Ação ordinária		0,33547	1,39686	1,57928	1,66931
Ação preferencial - Classe A		0,35560	1,48067	1,67403	1,76947
Ação preferencial - Classe B		0,36902	1,53655	1,73720	1,83625

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.118	108.753	122.955	129.965
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	189	189	-	-
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(64)	(64)	-	-
	125	125	-	-
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(6.859)	3.476	(90)	(156)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	2.332	(1.182)	31	53
	(4.527)	2.294	(59)	(103)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	21.716	111.172	122.896	129.862

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE					Reforço de capital de giro
Saldos em 31 de dezembro de 2018	741.046	221.188	31.160	106.323	48.845	814.613	826.442	72.801	-	222	2.862.640
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	129.965	-	-	129.965
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(72.801)	-	-	(72.801)
Aumento de capital	67.120	-	-	-	-	-	(67.120)	-	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(156)	-	(156)
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	53
Saldos em 30 de junho de 2019	808.166	221.188	31.160	106.323	48.845	814.613	759.322	-	129.965	119	2.919.701
Saldos em 31 de dezembro de 2019	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	-	(341)	3.114.051
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	108.753	-	-	108.753
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	-	(82.671)
Aumento de capital	84.000	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189	189
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64)	(64)
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.476	3.476
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.182)	(1.182)
Saldos em 30 de junho de 2020	892.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	843.074	-	108.753	2.078	3.142.552

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.06.2020	30.06.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	108.753	129.965
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	112.789	35.099
Depreciação e amortização	145.013	132.040
Juros e variações monetárias	267.214	100.269
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(192.202)	584
Ativos e passivos financeiros setoriais	(8.581)	(8.311)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(10.237)	(61.091)
Valor residual de intangível e imobilizado	878	2.103
Tributos e contribuições social diferidos	(51.683)	3.360
Perda de recebíveis de clientes	9.921	9.989
Provisão para processos judiciais e outros	28.103	29.673
Obrigações com benefício pós-emprego	3.792	5.243
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(134.673)	(188.238)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(50.785)	13.090
Ativos financeiros setoriais	8.517	(97.092)
Tributos a compensar	(20.989)	(1.446.614)
Depósitos vinculados a litígios	3.068	(1.132)
Outros créditos	19.955	24.583
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(126.207)	(38.156)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	16.643	1.399.470
Salários, provisões e encargos sociais	8.688	785
Obrigações fiscais	88.007	77.591
Passivos financeiros setoriais	54.804	85.046
Taxas regulamentares	15.691	(12.003)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(3.252)	(31.182)
Provisão para processos judiciais e outros	(13.493)	(10.112)
Outras obrigações	46.687	396
	326.421	155.355
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(75.831)	(66.759)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(9.595)	(25.407)
Pagamentos de juros de debêntures	(44.990)	(26.824)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(822)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	195.183	36.365
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(493.652)	(321.056)
Cauções e depósitos	(4.520)	15.198
Títulos e valores mobiliários	(19.844)	(2.449)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(518.016)	(308.307)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Captação de Debêntures	-	650.000
Captação de empréstimos e financiamentos	533.079	279.445
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(58.543)	(446.655)
Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	(3.548)	(3.103)
Parcelamento especial	(649)	(1.476)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	470.339	478.211
Variação no caixa líquido da Companhia	147.506	206.269
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	91.605	95.835
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	239.111	302.104

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.06.2020	30.06.2019
1. RECEITAS	3.766.138	3.717.245
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	3.878.927	3.752.344
Fornecimento de energia elétrica	3.351.223	3.367.631
Outras receitas	34.644	52.935
Receita relativa à construção de ativos próprios	493.060	331.778
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(112.789)	(35.099)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.351.491)	(2.221.945)
Materiais	(300.115)	(201.214)
Outros custos operacionais	(79.106)	(57.481)
Custo da energia comprada e transmissão	(1.577.144)	(1.663.288)
Serviços de terceiros	(395.126)	(299.962)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.414.647	1.495.300
4. RETENÇÕES	(145.567)	(132.040)
Depreciação e amortização	(145.567)	(132.040)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.269.080	1.363.260
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	241.155	102.762
Receitas financeiras	241.155	102.762
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.510.235	1.466.022
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.510.235	1.466.022
Empregados (Colaboradores)	122.209	127.366
Remunerações	86.918	91.147
FGTS	2.988	2.995
Outros encargos sociais	3.863	4.540
Previdência privada	4.078	4.300
Auxílio-alimentação	6.796	6.710
Convênio assistencial e outros benefícios	9.104	10.099
Participação nos resultados	8.462	7.575
Tributos (Governo)	979.715	1.074.640
Federais	133.690	143.990
Imposto de renda e contribuição social	44.785	37.054
COFINS	80.695	97.217
PIS	17.519	21.106
INSS	13.390	13.482
(-) Incentivos fiscais	(22.699)	(24.869)
Estaduais	740.346	711.526
ICMS	740.317	711.516
Outros	29	10
Municipais	4.113	2.768
ISS	2.605	1.290
IPTU	816	862
Outros	692	616
Encargos setoriais	101.566	216.356
CDE - Conta de desenvolvimento energético	76.439	192.436
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	21.993	21.021
Taxa de fiscalização - ANEEL	3.134	2.899
Remuneração de capitais de terceiros	299.558	134.051
Juros	291.931	127.161
Aluguéis	7.627	6.890
Remuneração de capitais próprios	108.753	129.965
Reserva de lucro	108.753	129.965

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Coelce é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e soluções de energia.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

A Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$153.520 em 30 de junho de 2020, refletindo os impactos de mercado no trimestre e as medidas mitigatórias de riscos de liquidez no curtíssimo prazo. A Administração da Companhia entende que as ações do governo, no sentido de preservar a hignidez do setor elétrico, deverão resultar em reforço suficiente de sua capacidade de cumprir com as obrigações financeiras no curto prazo, que a Companhia continua com acesso franco a mecanismos de financiamento e que, ademais, a Companhia conta com suporte financeiro do Grupo Enel para assegurar a liquidez de que necessita para cumprir com seu plano de negócios.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até dezembro de 2020 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Monitoramento e plano estratégico

Durante o primeiro semestre de 2020, a Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas como as estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), e tal impedimento será exclusivo até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; e (iii) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 – período da pandemia – o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 8 de abril e 13 de maio de 2020, os montantes de R\$ 45.964, e R\$ 4.741, respectivamente. Tais montantes foram contabilizados como um passivo financeiro setorial e serão considerados no reajuste tarifário de 2021.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 08 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 77.534, referentes às competências de abril e maio de 2020, quanto a competência junho, a Companhia tem expectativa de recebimento em julho de 2020

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, serão originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 452.943, e estima receber tais recursos durante o segundo semestre de 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 001/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia, se incluem no âmbito das áleas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar Consulta Pública, até 23 de agosto de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

balanço e demonstração de resultado, visto que ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará em 16 de março de 2020. As presentes informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

A autorização para emissão das presentes informações financeiras intermediárias ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 27 de julho de 2020.

3. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual da Companhia que deveria ter entrado em vigor a partir de 22 de abril de 2020 após a aprovação da ANEEL, através da Resolução Homologatória 2.676/2020, em 14 de abril de 2020, foi postergado e entrou em vigor em 01 de julho de 2020, por motivo de calamidade pública. Neste período, a Companhia reduziu a obrigação de recolhimento das cotas mensais de CDE (competências maio, junho e julho) até o limite da perda de arrecadação da receita. Os valores reduzidos deverão ser restituídos à CDE nas competências de agosto a dezembro de 2020.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A diferença de receita devido à postergação do reajuste tarifário de 22 de abril a 1 de julho de 2020 será considerada no Reajuste Tarifário Anual de 2021.

Este reajuste tarifário gera um efeito médio nas tarifas dos consumidores de 3,94%, sendo de 3,78%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,00%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2020	
Encargos Setoriais	-1,53%
Custos de Transmissão	0,66%
Custos de Aquisição de Energia	2,63%
Parcela A	1,76%
Parcela B	1,83%
Reajuste Econômico	3,59%
Componentes Financeiros do Processo Atual	5,16%
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,18%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores	3,94%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após a Revisão Tarifária, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 2,67%, representando 1,76% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais – redução de -14,31%, representando -1,53% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Conta ACR (“CDE Conta ACR”) devido à quitação antecipada de seu pagamento;
- Energia comprada – aumento de 5,30%, contribuíram para esse efeito positivo o reajuste do contrato bilateral com a CGTF (Central Geradora Termelétrica Fortaleza), cujo preço depende do valor do gás natural e do dólar. O aumento do custo da compra de energia representa 2,63% no reposicionamento econômico; e
- Encargos de transmissão – aumento de 11,39% decorrente principalmente do aumento da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e as novas tarifas de uso do sistema de transmissão, representando 0,66% no reposicionamento econômico.

(ii) Parcela B: Reposicionada em 5,38%, representando uma participação de 1,83% no reajuste econômico refletindo a variação acumulada do IGP-M no período de referência de 6,81% descontada do Fator X.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante de R\$ 256.413 representando 5,16% de participação no reajuste, dentre os quais destaca-se: R\$ 205.886 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), impactada pelos efeitos do risco hidrológico da CCGF, usinas repactuadas e efeito disponibilidades de CCEAR-D, neutralidade de Encargos Setoriais de R\$ -



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.379, Sobrecontratação de R\$ (57.594) e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 149.839, em razão da alteração da metodologia de cálculos da previsão de risco hidrológico.

4. Principais mudanças das políticas contábeis

Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas Demonstrações Contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das Demonstrações Contábeis de propósito geral tomam como base nessas Demonstrações Contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para os semestres ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto para suas demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e contas correntes bancárias	7.782	36.811
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	219.429	2.039
Operações compromissadas	8.561	49.677
	227.990	51.716
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	3.339	3.078
	3.339	3.078
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	231.329	54.794
Total	239.111	91.605

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	30.06.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos não exclusivos	84.310	72.531
Fundos de investimentos exclusivos	12.567	4.502
Títulos públicos	11.796	2.725
LF - Letra Financeira	771	1.777
Total	96.877	77.033

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em Fundo de Investimento não exclusivo, administrado por *Asset* de primeira linha. Estes Fundos são classificados como Renda Fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2020.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	Total 30.06.2020
	até 30 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
<u>CIRCULANTE</u>						
Fornecimento faturado	368.311	347.028	622.947	1.338.286	(400.724)	937.562
Receita não faturada	198.903	-	-	198.903	(1.938)	196.965
Parcelamento de débitos	2.478	25.377	70.074	97.929	(2.932)	94.997
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento - uso mútuo	2.415	6.972	17.997	27.384	(10.191)	17.193
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	40.172	46.703	(40.172)	6.531
TOTAL - CIRCULANTE	578.638	379.377	751.190	1.709.205	(455.957)	1.253.248
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - distribuição de energia:</u>						
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	53.135	53.135	-	53.135
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	68.424	68.424	(15.289)	53.135
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	578.638	379.377	819.614	1.777.629	(471.246)	1.306.383

	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	Total 31.12.2019
	até 30 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos			
<u>CIRCULANTE</u>						
Fornecimento faturado	556.226	236.445	445.512	1.238.183	(286.835)	951.348
Receita não faturada	211.437	-	-	211.437	(2.639)	208.798
Baixa renda - subsídio CDE	13.404	-	-	13.404	-	13.404
Parcelamento de débitos	5.852	16.498	42.763	65.113	(5.104)	60.009
Venda de Energia Excedente - MVE	12.085	-	-	12.085	-	12.085
Compartilhamento - uso mútuo	4.354	5.828	13.987	24.169	(8.617)	15.552
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	40.172	46.703	(40.173)	6.530
TOTAL - CIRCULANTE	809.889	258.771	542.434	1.611.094	(343.368)	1.267.726
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - distribuição de energia:</u>						
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	26.694	26.694	-	26.694
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	41.983	41.983	(15.289)	26.694
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	809.889	258.771	584.417	1.653.077	(358.657)	1.294.420



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	Total 31.12.2019	(Provisões)/Reversões	Perda	Total 30.06.2020
Consumidores e outras contas a receber	(358.657)	(121.879)	9.290	(471.246)
Outros ativos	(3.786)	(831)	630	(3.987)
	(362.443)	(122.710)	9.920	(475.233)
Circulante	(347.154)			(459.944)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(362.443)			(475.233)

A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais (quando aplicável), considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes. Os impactos estão relacionados ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) – vide nota explicativa nº 1.1.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	30.06.2020	31.12.2019
CDE compensação - liminar (a)	324.227	324.227
Baixa renda - subsídio CDE (b)	36.302	-
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente (c)	(738)	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	(6.353)	(777)
CDE a receber - diferença ciclo anterior	22.107	1.310
	375.545	324.760

- a) Os valores em aberto de novembro de 2014 até 2016 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 311.830 (R\$ 311.830 em 31 de dezembro de 2019),



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

- b) A Medida Provisória (“MP”) nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 estabeleceu algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, modificando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, para os quais a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passa a ter um desconto de 100% e sobre a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não incide qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 77.534, referentes às competências de abril e maio. O saldo em aberto em 30 de junho de 2020 corresponde à competência de junho, a qual foi recebido em 17 de julho de 2020 no montante de R\$ 39.646.
- c) Em dezembro de 2019, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de Subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

9. Tributos a compensar

	30.06.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	15.735	-	13.348	-
ICMS (a)	74.556	72.840	60.836	66.930
ICMS parcelamento (b)	-	-	-	11.056
PIS e COFINS	5.923	-	8.163	-
PIS e COFINS (ICMS) (c)	319.281	1.143.431	102.703	1.347.161
Outros tributos	438	-	1.018	-
Total	415.933	1.216.271	186.068	1.425.147

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 127.890 em 30 de junho de 2020 (R\$ 106.954 em 31 de dezembro de 2019) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 19.506 (R\$ 20.812 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte. A Empresa está compensando desde fevereiro/2020, o valor que foi comunicado dia 14/01/2020 pelo Parecer Nº 3344 de 30/12/2019, emitido pela Célula de Consultoria e Normas-CECON e que foi dividido em 4 parcelas.
- b) A Companhia foi notificada em janeiro de 2020 da decisão favorável do processo Nº 6492924/2013 referente ao pedido de restituição do ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas devido sobre operações de entradas interestaduais de bens destinados ao ativo imobilizado conforme o parecer Nº 3344 de dezembro de 2019, usando o crédito no primeiro trimestre de 2020 como compensação do próprio ICMS.
- c) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 319.281 no curto prazo e R\$ 1.143.431 no longo prazo em 30 de junho de 2020.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 18).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo e passivos financeiros setoriais

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA passiva	174.709	36.102	(115.980)	(27.154)	7.840	(2)	75.515	162.804	(87.289)	146.303	(70.788)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	272.759	148.039	(151.398)	(27.154)	8.976	(31.544)	219.678	206.372	13.306	208.888	10.790
Proinfa	(176)	(3.256)	(25)	-	(61)	(1)	(3.519)	(3.519)	-	(3.519)	-
Transporte Rede Básica	27.261	9.609	(10.806)	-	528	-	26.592	22.359	4.233	23.159	3.433
ESS	(131.415)	(100.728)	53.132	-	(2.084)	31.543	(149.552)	(79.493)	(70.059)	(92.737)	(56.815)
CDE	6.280	(17.562)	(6.883)	-	481	-	(17.684)	17.085	(34.769)	10.512	(28.196)
Demais passivos financeiros setoriais	(101.169)	(12.185)	68.331	-	527	(12.219)	(56.715)	(96.782)	40.067	(72.699)	15.984
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	-	-	-	-	(12.913)	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(12.538)	11.896	6.586	-	17	-	5.961	(4.784)	10.745	(2.753)	8.714
Sobrecontratação de Energia	43.595	(4.914)	30.755	-	1.018	-	70.454	(43.196)	113.650	(21.712)	92.166
Diferimento/ Devoluções Tarifárias	(162.741)	(11.827)	14.440	-	(285)	43.470	(116.943)	(29.613)	(87.330)	(29.613)	(87.330)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	17.602	(7.340)	16.550	-	(223)	(42.776)	(16.187)	(19.189)	3.002	(18.621)	2.434
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	73.540	23.917	(47.649)	(27.154)	8.367	(12.221)	18.800	66.022	(47.222)	73.604	(54.804)
Total ativo circulante e não circulante	73.540						73.604				
Total passivo não circulante	-						(54.804)				
Total ativo/passivo líquido	73.540						18.800				

A Administração da Companhia, objetivando melhor apresentação de suas Demonstrações Contábeis, procedeu no segundo trimestre à reclassificação dos saldos de Pis e Cofins alíquota efetiva para a rubrica de consumidores e outras contas a receber, visto que representam valores ainda não faturados aos consumidores devido ao seu mecanismo de funcionamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.06.2020	31.12.2019
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(692.570)	(684.974)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.364)
Reversão da provisão sobre o ágio	374.078	369.064
Total	28.103	30.686
Não Circulante	28.103	30.686

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	30.06.2020	Percentual
Em 2020	2.583	9%
Em 2021	4.728	17%
Em 2022	4.327	15%
Em 2023	3.960	14%
2023 até 2027	12.505	44%
Total	28.103	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito que garantem: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB), Garantias da concessão (Banco do Brasil). Abaixo apresentamos a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.06.2020	31.12.2019
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	13	18
BNB	CDB	14.589	14.544
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	13.881	9.401
Total		28.483	23.963

13. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 30 de junho de 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	30.06.2020
Saldo Inicial	2.372.127
Transferências do ativo contratual	234.551
Marcação a mercado	10.237
Saldo Final	2.616.915

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2019	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	30.06.2020
Imobilizado em serviço						
Terrenos	30	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	9	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	(24)	796	62.169
Móveis e utensílios	51.355	-	-	(135)	951	52.171
Subtotal	112.791	-	-	(159)	1.747	114.379
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(45.854)	-	(2.066)	14	-	(47.906)
Móveis e utensílios	(32.533)	-	(1.428)	135	-	(33.826)
Subtotal	(78.387)	-	(3.494)	149	-	(81.732)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	3.035	796	-	-	(796)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	951	-	-	(951)	4.599
Subtotal	7.634	1.747	-	-	(1.747)	7.634
Total do imobilizado	42.038	1.747	(3.494)	(10)	-	40.281
Ativo de direito de uso						
Terrenos	82	44	(209)	-	83	-
Imóveis	8.660	(598)	(2.816)	-	(83)	5.163
Veículos e outros meios de transporte	588	-	(523)	-	-	65
Subtotal	9.330	(554)	(3.548)	-	-	5.228
Total	51.368	1.193	(7.042)	(10)	-	45.509

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2020:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,54
Imóveis	1,24
Veículos e outros meios de transporte	0,01

15. Intangível

	30.06.2020			31.12.2019
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	4.896.154	(2.836.316)	(269.997)	1.789.841
Software	297.583	(176.600)	-	120.983
Total	5.193.737	(3.012.916)	(269.997)	1.931.022

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.076.192	(2.858.217)	(286.953)	1.931.022
Baixas	(1.660)	782	-	(878)
Amortização	-	(155.481)	16.956	(138.525)
Transferência dos ativos contratuais	119.205	-	-	119.205
Saldo em 30 de junho de 2020	5.193.737	(3.012.916)	(269.997)	1.931.022

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil regulatória estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, limitado ao prazo de concessão, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 5,91% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2020 e 5,48% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	30.06.2020		31.12.2019
Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	828.989	(267.606)	561.383
Software	98.978	-	98.978
Total	927.967	(267.606)	660.361
			452.277
			68.780
			521.057



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	776.890	(255.833)	521.057
Adições	504.242	(11.773)	492.469
Capitalização de juros de empréstimos	591	-	591
Transferências para ativo intangível	(119.205)	-	(119.205)
Transferências para ativo indenizável	(234.551)	-	(234.551)
Saldo em 30 de junho de 2020	927.967	(267.606)	660.361

17. Fornecedores e outros contas a pagar

	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Compra de Energia (a)	201.134	479.625
Compra de Energia com partes relacionadas	153.018	1.242
Encargo de Uso da Rede	28.581	39.965
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	343	360
Total energia	383.076	521.192
Materiais e serviços	291.576	308.398
Materiais e serviços com partes relacionadas	65.864	37.133
Total fornecedores	740.516	866.723

- a) A redução do saldo a pagar está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$ 1.462.712 e passivo de R\$ 1.437.510 (vide nota 9), por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo. Abaixo demonstramos os impactos do referido registro:

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Ativo circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	9	319.281	102.703
Ativo não circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	9	1.143.431	1.347.161
Passivo circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir		323.416	102.703
Passivo não circulante			
PIS/COFINS - consumidores a restituir		1.114.094	1.318.164
Resultado			
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		16.983	
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(16.983)	

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos custos incorridos e a incorrer durante o período abrangido pela ação, e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

19. Obrigações fiscais

	30.06.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL a pagar (a)	15.797	-	15.797	17.950	-	17.950
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	95.338	-	95.338	125.040	-	125.040
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	1.416	4.721	6.137	1.513	5.798	7.311
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (d)	61.330	-	61.330	23.023	-	23.023
Programa de integração social - PIS (d)	13.327	-	13.327	5.111	-	5.111
Imposto sobre serviços - ISS	2.608	-	2.608	2.977	-	2.977
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	6.734	-	6.734	8.056	-	8.056
Outros tributos e contribuições	1.344	-	1.344	2.250	-	2.250
Total	197.894	4.721	202.615	185.920	5.798	191.718

- O saldo em 30 de junho de 2020 é composto por provisões para imposto de renda no montante de R\$48.212 e contribuição social de R\$25.557 a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$57.971, sendo R\$36.745 de imposto de renda e R\$21.226 de contribuição social.
- O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. No 3º dia útil de cada mês, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios do faturamento mensal do mês anterior, para que a área tributária realize a apuração do ICMS e o recolhimento no dia 20 do próprio mês.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no semestre findo em 30 de junho de 2020 o montante de R\$ 1.416 (saldo de R\$1.513 em 31 de dezembro de 2019) e no longo prazo o montante de R\$ 4.721 (Saldo de R\$ 5.798 em 31 de dezembro de 2019), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

	30.06.2020
	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	7.311
(-) Pagamento principal	(649)
(-) Pagamento juros	(630)
(+) Atualização	105
Saldo final	<u>6.137</u>
Circulante	1.416
Não circulante	4.721
Total do passivo	<u>6.137</u>

- d) O aumento dos tributos federais está relacionado com as determinações das Portarias nº 139, de 3 de abril de 2020 e nº 245 de 15 de junho de 2020.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

	30.06.2020					31.12.2019				
	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Moeda estrangeira:										
União Federal – Bônus de Desconto (g)	29	-	29	6.217	6.246	29	-	29	4.606	4.635
União Federal – Bônus ao Par (g)	115	-	115	8.910	9.025	86	-	86	6.600	6.686
BNP 4131 (c)	383	387.422	387.805	-	387.805	306	286.971	287.277	-	287.277
SCOTIABANK 4131 (a)	2.082	200.501	202.583	-	202.583	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 (b1)	608	172.126	172.734	-	172.734	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 II (b2)	219	57.618	57.837	-	57.837	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 II (h)	682	163.248	163.930	-	163.930	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	4.118	980.915	985.033	15.127	1.000.160	421	286.971	287.392	11.206	298.598
Moeda nacional:										
Financiamentos										
Eletrobrás (f)	-	5.520	5.520	5.746	11.266	-	6.065	6.065	8.233	14.298
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e1)	15	4.121	4.136	8.242	12.378	18	4.120	4.138	10.303	14.441
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) A	-	-	-	-	-	23	6.735	6.758	-	6.758
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) B	-	-	-	-	-	25	6.735	6.760	-	6.760
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) F (e2)	-	125	125	-	125	1	250	251	-	251
FINEP (i)	2	-	2	663	665	-	-	-	-	-
Financiamentos - Moeda nacional	17	9.766	9.783	14.651	24.434	67	23.905	23.972	18.536	42.508
Empréstimos										
BNB II (d)	1.261	21.742	23.003	317.145	340.148	1.321	29.433	30.754	311.988	342.742
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	1.278	31.508	32.786	331.796	364.582	1.388	53.338	54.726	330.524	385.250
Total de empréstimos e financiamentos	5.396	1.012.423	1.017.819	346.923	1.364.742	1.809	340.309	342.118	341.730	683.848
Resultado das operações de Swap	2.773	(183.874)	(181.101)	-	(181.101)	184	15.215	15.399	-	15.399
Total de empréstimos e financiamentos líquidos de Swap	8.169	828.549	836.718	346.923	1.183.641	1.993	355.524	357.517	341.730	699.247

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.726	330.524	287.392	11.206
Captações	33.079	-	500.000	-
Encargos provisionados	3.993	-	8.676	-
Encargos pagos	(4.102)	-	(5.493)	-
Varição monetária e cambial	-	4.905	194.413	3.966
Transferências	3.633	(3.633)	45	(45)
Amortizações	(58.543)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020	32.786	331.796	985.033	15.127

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.06.2020						
2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
27.216	52.982	49.913	61.631	46.505	108.676	346.923



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 (a)	150.000	07/01/2020	07/01/2021	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 (b1)	150.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,22% a.a.	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 II (b2)	50.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,31% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 II (h)	150.000	01/04/2020	01/04/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,67% a.a.	Capital de giro	N/A
FINEP (i)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 (a)	CDI + 0,19 a.a
TOKIO 4131 (b1)	CDI + 0,07 a.a
TOKIO 4131 II (b2)	CDI + 0,12 a.a
SCOTIABANK 4131 II (h)	CDI + 2,60 a.a

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (g)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (g)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás (f)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e1)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e2)	1.086	27/06/2016	15/12/2020	Mensal	Mensal	TJLP	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNP 4131 (c)	300.000	17/12/2019	17/12/2020	Bullet	Semestral	USD + 2,74% a.a.	Capital de giro	N/A
BNB II (d)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP, Scotiabank e Tokio a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 30 de junho de 2020:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
Scotiabank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
TOKIO 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
TOKIO 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
Scotiabank 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral

BNDES

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários).
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobras

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos (últimos 12 meses).

BNP 4131

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131 E TOKYO 4131

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, reduzido do valor de caixa e equivalente de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures

	30.06.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal		Total de encargos	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	478	350.000	350.478	712	350.000	350.712
2ª Série 5ª emissão (b)	413	162.236	162.649	393	161.588	161.981
1ª Série 6ª emissão (c)	57	40.000	40.057	84	40.000	40.084
2ª Série 6ª emissão (d)	755	287.336	288.091	718	286.188	286.906
1ª Série 7ª emissão (e)	3.668	350.000	353.668	5.632	350.000	355.632
2ª Série 7ª emissão (f)	3.917	309.493	313.410	11.071	308.257	319.328
(-) Custo de transação	-	(12.623)	(12.623)	-	(14.056)	(14.056)
Total de debêntures	9.288	1.486.442	1.495.730	18.610	1.481.977	1.500.587

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures no semestre findo em 30 de junho de 2020:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	18.610	1.481.977	1.500.587
Atualização monetária	-	3.032	3.032
Encargos provisionados	35.668	-	35.668
Encargos pagos	(44.990)	-	(44.990)
Apropriação custo de transação	-	1.433	1.433
Em 30 de junho de 2020	9.288	1.486.442	1.495.730



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2020, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo ed amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) contábeis. No semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)

Obrigações especiais financeiras

Limite

Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo) 3,50

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, reduzido do valor de caixa e equivalente de caixa;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

A curva de amortização das debentures do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
1ª Série 5ª emissão	175.000	175.000	-	-	-	350.000
2ª Série 5ª emissão	-	-	87.236	75.000	-	162.236
1ª Série 6ª emissão	-	-	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	-	152.336	135.000	287.336
1ª Série 7ª emissão	-	175.000	175.000	-	-	350.000
2ª Série 7ª emissão	-	-	-	309.493	-	309.493
(-) Custo de transação	(2.865)	(4.298)	(2.865)	(2.032)	(563)	(12.623)
Total a amortizar	172.135	345.702	299.371	534.797	134.437	1.486.442

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por Arrendamentos

Os saldos no semestre findo em 30 de junho de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2020	31.12.2019	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:					
Terrenos	583	174	18,54	Mensal	de 4,01% a.a até 7,11% a.a
Imóveis	6.449	10.068	14,90	Mensal	de 4,01% a.a até 12,71% a.a
Veículos e outros meios de transporte	167	784	0,15	Mensal	8,97% a.a
Total	7.199	11.026			
Circulante	5.223	7.784			
Não circulante	1.976	3.242			
	7.199	11.026			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Não circulante		
	Principal	Juros	Total
2021 - 2022	1.493	(115)	1.378
2022 - 2023	336	(46)	290
2023 - 2024	154	(32)	122
2024 - 2025	88	(24)	64
2025 em diante	146	(24)	122
	2.217	(241)	1.976

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.784	3.242	11.026
Adições	-	74	74
Remensuração	(628)	-	(628)
Pagamentos	(3.548)	-	(3.548)
Transferências	1.340	(1.340)	-
Encargos provisionados	275	-	275
Saldo em 30 de junho de 2020	5.223	1.976	7.199



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Taxas Regulamentares

	30.06.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 8) (a)	311.830	311.830
Encargos emergenciais	2.467	2.467
P&D e Eficiência Energética	103.121	87.637
Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária - CCRBT	-	10.223
Outros	12.212	1.378
Total	429.630	413.535
Circulante	343.703	341.208
Não Circulante	85.927	72.327

Os valores apresentados no passivo não circulante são exclusivamente programas de pesquisa e desenvolvimento e programas de eficiência energética.

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 8.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.06.2020				31.12.2019			Receita (Despesa)		Intangível	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2019	
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.554	95.854	715	-	2.284	94.773	(3.792)	(5.243)	659	
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	71	-	-	-	119	-	-	446	-	-	
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.090	-	-	-	875	-	(526)	(1.369)	-	
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	8.967	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Fevereiro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	
	ENEL Brasil S.A.		-	34.119	-	-	-	19.284	-	-	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	617	-	-	-	629	-	(3.845)	46.897	-	
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	151.889	-	-	-	-	-	(620.751)	(538.976)	-	
	ENEL Green Power Parapanema		-	77	-	-	-	77	-	(460)	(434)	-	
	ENEL Green Power Mourão		-	22	-	-	-	22	-	(131)	(121)	-	
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	69	-	-	-	130	-	(334)	(320)	-	
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	35	-	-	-	50	-	(224)	(214)	-	
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	(161)	-	
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	(322)	-	
	ENEL Green Power Salto Apiaçás S.A.		-	114	-	-	-	128	-	(551)	(527)	-	
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	101	-	-	-	107	-	(484)	(468)	-	
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	94	-	-	-	99	-	(449)	(434)	-			
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	343	-	-	-	360	-	(1.634)	(1.776)	-	
Consumo Próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	1	-	-	-	1	-	-	37	-		
Venda de energia excedente- MVE	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Fevereiro de 2019 a Dezembro 2019	-	-	-	-	9.689	-	-	-	(3.502)	-	
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	122.438	-	-	-	61.219	-	-	-	-	
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Abril de 2028	-	485	-	-	-	491	-	(536)	-	-	
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.652)	-	
Compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.	ENEL SPA	Até o final da concessão	670	-	-	-	670	-	-	-	-	173	
	CODENSA		-	131	-	-	-	71	-	(60)	-	-	
	ENEL Brasil S.A.		-	628	-	-	-	-	-	-	-	-	
	ENEL Itália		-	259	-	-	-	-	-	-	(177)	-	
	ENEL AMERICAS		-	247	-	-	-	53	-	(193)	-	-	
ENEL Global Infrastructure and Network	-	1.818	-	-	-	-	1.845	-	(817)	(704)	-		
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-	
ENEL Iberoamérica	-		899	-	-	-	-	899	-	-	-	-	
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO Nº 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2024	232	2.447	-	-	31	2.447	-	-	-	-	
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		141	6.480	-	-	45	5.951	-	-	-	-	
	ENEL CIEN S.A.		524	-	-	-	209	-	-	-	-	-	
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.261	305	-	-	2.233	-	-	-	-	-	
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		123	1.527	-	-	75	1.167	-	-	-	-	
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		166	5.416	-	-	-	3.820	-	-	-	-	
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		299	-	-	-	147	-	-	-	-	-	
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		234	385	-	-	-	45	-	-	-	-	
	ENEL Brasil S.A.		315	1.146	-	-	50	642	-	-	-	(3.529)	-
					5.037	343.702	95.854	715	13.260	102.729	94.773	(634.481)	(522.632)
		(-) Benefícios pós-emprego	-	1.554	95.854	715	-	2.284	94.773	(3.792)	(5.243)	659	
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			5.037	342.148	-	-	13.260	100.445	-	(630.689)	(517.389)	-	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil ("Companhias"), controlador da Companhia.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.254	2.451	1.309	3.011
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	13	26	37	74
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	90	180	47	94
Total	1.358	2.658	1.393	3.179

25. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica, FGTS e BD em 30 de junho de 2020 estão representados abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057
Custo do serviço corrente	192	56	181	248	677
Custo dos juros líquidos	(39)	(6)	2.636	524	3.115
Contribuições reais do empregador	(779)	(112)	(1.873)	(488)	(3.252)
Ganho/Perda Atuarial	626	62	(1.620)	743	(189)
Saldos em 30 de junho de 2020	-	-	72.621	24.787	97.408
Circulante					1.554
Não Circulante					95.854

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas à pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2020, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2020, ocasionou uma redução de R\$ 189 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.06.2020
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	1.302.804
Valor justo dos ativos do plano	(1.363.022)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	157.626
Obrigaçãõ registrada com benefícios pós-emprego	97.408

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.364.639
Custo dos serviços correntes	677
Contribuição dos empregados	810
Custos dos juros	48.334
Benefícios pagos	(44.311)
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	(67.345)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.302.804

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2020
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.467.833
Rendimento esperado dos ativos do plano	52.594
Contribuições rdos empregados	810
Contribuições do empregador	3.252
Benefícios pagos	(44.311)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(117.156)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.363.022

A queda no rendimento dos ativos está basicamente atrelada ao cenário econômico (pandemia covid-19), que afetou negativamente o rendimento dos ativos do plano, ficando abaixo da meta atuarial do período.

(d) Movimentação do efeito de teto do ativo

	30.06.2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do período	200.251
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	7.375
Variacãõ no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(50.000)
	157.626



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2020
Saldo do início do período	97.057
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	677
Juroa líquidos conforme laudo atuarial	3.115
Pagamento de contribuições	(3.252)
Ajustes de avaliação atuarial	(189)
Saldo do final do período	97.408

(f) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Custo do serviço corrente	339	677	381	762
Custos dos juros	1.557	3.115	2.241	4.481
Total de despesas	1.896	3.792	2.622	5.243

(g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	30.06.2020
Saldo do início do período	-
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	67.345
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	50.000
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(117.156)
Saldo do final do período	189

As taxas de desconto nominais utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
7,90%	7,38%	6,29%	6,44%	7,64%	7,38%	5,04%	6,34%

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não sofreram alteração.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2020
Trabalhistas	30.366	10.512	(8.537)	2.327	(1.564)	33.104
Cíveis	112.735	26.778	(18.735)	9.343	(11.929)	118.192
Regulatório	31.941	23.282	(5.197)	-	-	50.026
Total	175.042	60.572	(32.469)	11.670	(13.493)	201.322

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

c.1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema Geração Distribuída, no valor original R\$ 13.035, após parecer da Procuradoria Federal favorável à Companhia, com recomendação de cancelamento da Não-Conformidade 3 (NC.3), houve a reversão do valor de R\$3.300. O valor restante R\$ 9.735 encontra-se provisionado.

c.2) Auto de Infração 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, no processo nº 48500.004024/2017-80 da CEB na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que para a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Enel CE, que tal Não Conformidade deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388. O valor restante R\$ 3.793 encontra-se provisionado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.3) Recebimento de Auto de Infração (Auto de Infração nº 0001/2020-ARCE-SFE) - no valor de R\$ 284 referente a “Faturamento - pós migração de sistema”. (Adição na conta de litígios. Valor integral classificado como risco provável)

c.4) Recebimento do AI-0002/2020-ARCE-SFE, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.997.

c.5) A Companhia agravou multa referente ao AI-CEE-0025-13-C em segunda instância. Valor atual da multa R\$ 1.691. Valor provisionado de R\$ 1.297.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.06.2020	31.12.2019
Trabalhistas (a)	64.630	56.763
Cíveis (b)	1.238.031	1.150.107
Fiscais (c)	738.225	634.960
Juizados especiais	3.033	3.439
Regulatórios	8.147	-
Total	2.052.066	1.845.269

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

temos ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Fiscal

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 642.312 em 30 de junho de 2020 (R\$ 528.164 em 31 de dezembro de 2019);

Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 38.739 e R\$ 4.580 em 30 de junho de 2020 (R\$ 46.358 e R\$ 4.519 em 31 de dezembro de 2019). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras e Parambu envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. O valor atualizado desses autos em 30 de junho de 2020 é de R\$ 3.084 (R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2019).

Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 36.036 em 30 de junho de 2020 (R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2019);

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
Trabalhistas	18.308	18.921
Cíveis	22.452	24.975
Fiscais	3.720	3.652
Total	44.480	47.548



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 892.246 em ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	30.06.2020	31.12.2019
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A		Classe B	Total (II)	(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.687.600	5,97%	-	0,00%	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Una Capital Ltda.	-	0,00%	1.439.776	5,10%	-	0,00%	1.439.776	4,83%	1.439.776	1,85%
Fundo de Pensão - FAELCE	919.403	1,91%	25.655	0,09%	-	0,00%	25.655	0,09%	945.058	1,21%
Outros	84.289	0,18%	10.543.907	37,32%	3.097	0,20%	10.547.004	35,40%	10.631.293	13,67%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$82.671; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$82.671; reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$167.832; do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$84.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia. Os dividendos declarados serão pagos até 31 de dezembro de 2020.

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE, que se refere a modernização total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto – lei nº 1.598/77.

g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos, conforme composição abaixo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2020	31.12.2019
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	189	-
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(64)	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	2.959	176
Tributos diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	(1.006)	(517)
Total	2.078	(341)

28. Lucro por ação

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	16.125	67.144	75.913	80.241
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	9.478	39.465	44.619	47.163
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	515	2.144	2.424	2.562
	26.118	108.753	122.955	129.965
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	0,3355	1,3969	1,5793	1,6693
Ação preferencial - Classe A	0,3556	1,4807	1,6740	1,7695
Ação preferencial - Classe B	0,3690	1,5365	1,7372	1,8362

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações preferenciais de classe “B” poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe “A”, a requerimento do interessado.

29. Receita líquida

a) Nos trimestres

	01.04.2020 a 30.06.2020			01.04.2019 a 30.06.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.176.510	1.226.904	597.856	2.807.496	1.127.094	734.973
Industrial	6.410	111.543	149.263	5.639	156.357	112.565
Comercial	186.359	343.924	290.381	164.371	472.857	296.793
Rural	593.885	266.939	120.754	543.194	260.564	106.117
Poder público	34.466	115.239	89.521	33.638	160.384	85.331
Iluminação pública	11.030	140.722	49.138	10.771	149.856	62.579
Serviço público	4.512	62.671	45.519	3.863	73.367	31.519
Suprimento e revenda	2	2.599	176	2	2.499	161
Fornecimento faturado	4.013.174	2.270.541	1.342.608	3.568.974	2.402.978	1.430.038
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			(35.174)			31.699
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(1.370)			(8.536)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.013.174	2.270.541	1.306.064	3.568.974	2.402.978	1.453.201
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			34.914			(6.276)
Subvenção baixa renda			115.031			45.722
Subvenção de recursos da CDE			53.200			55.915
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	389	363.322	51.955	297	544.804	108.516
Receita de construção			256.077			163.261
Venda de Energia Excedente - MVE			-			35.475
Outras receitas			29.638			33.688
Total outras receitas	389	363.322	540.815	297	544.804	436.301
Receita operacional bruta	4.013.563	2.633.863	1.846.879	3.569.271	2.947.782	1.889.502
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(343.265)			(362.151)
COFINS - corrente			(101.994)			(115.110)
PIS - corrente			(22.143)			(24.991)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(10.558)			(10.991)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(26.347)			(93.370)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(1.567)			(1.508)
ISS			(1.464)			(835)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(507.338)	-	-	(608.956)
Receita operacional líquida	4.013.563	2.633.863	1.339.541	3.569.271	2.947.782	1.280.546



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres

	01.01.2020 a 30.06.2020			01.01.2019 a 30.06.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.176.510	2.389.090	1.063.811	2.807.496	2.273.493	1.244.287
Industrial	6.410	263.248	328.855	5.639	316.330	222.815
Comercial	186.359	798.431	646.675	164.371	958.702	592.115
Rural	593.885	534.537	256.750	543.194	556.820	203.357
Poder público	34.466	266.725	200.717	33.638	317.512	166.127
Iluminação pública	11.030	290.292	113.137	10.771	289.065	116.963
Serviço público	4.512	151.169	103.395	3.863	153.405	64.898
Suprimento e revenda	2	6.150	354	2	5.101	313
Fornecimento faturado	4.013.174	4.699.642	2.713.694	3.568.974	4.870.428	2.610.875
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			198.903			207.649
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(6.070)			(15.978)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.013.174	4.699.642	2.906.527	3.568.974	4.870.428	2.802.546
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			(23.732)			28.317
Subvenção baixa renda			160.423			89.560
Subvenção de recursos da CDE			123.443			120.321
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	389	894.550	117.020	297	1.061.964	204.594
Receita de construção			493.060			331.778
Venda de Energia Excedente - MVE			11.466			58.492
Outras receitas			56.076			63.801
Total outras receitas	389	894.550	937.756	297	1.061.964	896.863
Receita operacional bruta	4.013.563	5.594.192	3.844.283	3.569.271	5.932.392	3.699.409
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(740.317)			(711.516)
COFINS - corrente			(214.173)			(242.282)
PIS - corrente			(46.498)			(52.601)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(21.993)			(21.021)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(76.439)			(192.436)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(3.134)			(2.899)
ISS			(2.605)			(1.290)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.105.159)	-	-	(1.224.045)
Receita operacional líquida	4.013.563	5.594.192	2.739.124	3.569.271	5.932.392	2.475.364



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Receitas (custos/despesas) operacionais

a) Nos trimestres

	01.04.2020 a 30.06.2020					01.04.2019 a 30.06.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(28.706)	-	(11.473)	-	(40.179)	(29.076)	-	(14.145)	-	(43.221)
Material	(6.703)	-	(547)	-	(7.250)	(4.360)	-	(277)	-	(4.637)
Serviços de terceiros	(85.517)	(613)	(6.929)	-	(93.059)	(78.413)	(464)	(15.706)	-	(94.583)
Energia elétrica comprada para revenda	(673.893)	-	-	-	(673.893)	(668.095)	-	-	-	(668.095)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(72.573)	-	-	-	(72.573)	(94.038)	-	-	-	(94.038)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	50.705	-	-	-	50.705	20.726	-	-	-	20.726
Depreciação e amortização	(66.110)	-	(2.565)	-	(68.675)	(60.714)	-	(3.138)	-	(63.852)
Custo na desativação de bens	(7.063)	-	-	-	(7.063)	(2.195)	-	-	-	(2.195)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(71.897)	-	-	(71.897)	-	(13.648)	-	-	(13.648)
Perda de recebíveis de clientes	-	(8.357)	-	-	(8.357)	-	(7.744)	-	-	(7.744)
Custo de construção	(256.077)	-	-	-	(256.077)	(163.261)	-	-	-	(163.261)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(19.935)	-	(19.935)	-	-	(10.826)	-	(10.826)
Outras despesas operacionais	(7.482)	-	(9.670)	(295)	(17.447)	(3.982)	-	(4.776)	(1.092)	(9.850)
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	-	-	-	3.642	3.642	-	-	-	11.676	11.676
Outras receitas operacionais	-	-	-	1.121	1.121	-	-	-	971	971
Subtotal	(1.153.419)	(80.867)	(51.119)	4.468	(1.280.937)	(1.083.408)	(21.856)	(48.868)	11.555	(1.142.577)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres

	01.01.2020 a 30.06.2020					01.01.2019 a 30.06.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(59.298)	-	(24.367)	-	(83.665)	(61.387)	-	(27.335)	-	(88.722)
Material	(12.223)	-	(776)	-	(12.999)	(7.657)	-	(358)	-	(8.015)
Serviços de terceiros	(178.055)	(873)	(24.926)	-	(203.854)	(144.899)	(924)	(33.432)	-	(179.255)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.333.138)	-	-	-	(1.333.138)	(1.371.737)	-	-	-	(1.371.737)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(154.643)	-	-	-	(154.643)	(160.860)	-	-	-	(160.860)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	50.705	-	-	-	50.705	27.339	-	-	-	27.339
Depreciação e amortização	(127.726)	-	(7.042)	-	(134.768)	(115.852)	-	(6.116)	-	(121.968)
Custo na desativação de bens	(11.706)	-	-	-	(11.706)	(7.206)	-	-	-	(7.206)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(112.789)	-	-	(112.789)	-	(35.099)	-	-	(35.099)
Perda de recebíveis de clientes	-	(9.921)	-	-	(9.921)	-	(9.989)	-	-	(9.989)
Custo de construção	(493.060)	-	-	-	(493.060)	(331.778)	-	-	-	(331.778)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(28.103)	-	(28.103)	-	-	(29.673)	-	(29.673)
Outras despesas operacionais	(14.126)	-	(23.086)	(1.033)	(38.245)	(8.556)	-	(7.618)	(2.550)	(18.724)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	7.056	7.056	-	-	-	24.373	24.373
Outras receitas operacionais	-	-	-	1.621	1.621	-	-	-	2.499	2.499
Subtotal	(2.333.270)	(123.583)	(108.300)	7.644	(2.557.509)	(2.182.593)	(46.012)	(104.532)	24.322	(2.308.815)

l) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	2.121	2.121	5.175	7.298
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	8.993	19.165	11.995	20.785
Marcação a mercado de ativo indenizável	(12.966)	10.237	35.428	61.091
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	4.329	8.581	8.311	8.311
Variação cambial	1.466	4.991	87	923
Variação cambial de dívida	-	-	303	303
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	55.625	194.352	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	1.669	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	(3.239)	-	1.242	3.233
Juros fundo de pensão	23	44	26	53
Outras receitas financeiras	524	1.288	1.578	2.723
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(613)	(1.293)	(937)	(1.958)
Subtotal	56.263	241.155	63.208	102.762
Despesas financeiras				
Variação monetária de dívidas	1.052	(4.906)	(5.744)	(8.457)
Variação monetária de debêntures	7.187	(3.032)	(12.495)	(16.921)
Variação cambial de dívidas	(56.348)	(198.378)	-	-
Encargos de dívidas	(7.155)	(12.669)	(11.592)	(28.355)
Juros debêntures	(16.589)	(35.668)	(23.090)	(37.405)
Encargos fundo de pensão	(1.580)	(3.159)	(2.267)	(4.534)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(214)	(214)	580	-
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(3.304)	(11.670)	(6.264)	(10.283)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	1.176	(3.819)	(1.490)	(3.817)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	221	591	3.671	7.755
Atualizações de impostos	(129)	(1.947)	(5.680)	(8.617)
Atualização P&D/PEE	(194)	(404)	(274)	(929)
IOF/IOC	(6)	(774)	(68)	(136)
Apropriação custo de transação	(716)	(1.433)	(716)	(1.155)
Comissão de fiança e seguro garantia	(2.626)	(3.720)	(1.446)	(2.898)
Outras despesas financeiras	(7.810)	(10.729)	(2.976)	(11.409)
Subtotal	(87.035)	(291.931)	(69.851)	(127.161)
Total do resultado financeiro	(30.772)	(50.776)	(6.643)	(24.399)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

a) Nos trimestres

	01.04.2020 a 30.06.2020		01.04.2019 a 30.06.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(35.738)	(12.880)	4.070	1.495
Diferidos	28.677	10.336	(1.267)	(484)
Incentivo fiscal	7.891	-	24.869	-
Total	830	(2.544)	3.949	(12.320)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	27.832	27.832	131.326	131.326
Adições:				
Gratificação a administradores	432	432	1.369	1.369
Doações	(1)	(1)	26	26
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	4.212	4.212
Outras despesas indedutíveis	(4)	-	(56)	(44)
Total das adições	427	431	5.551	5.563
Base de cálculo	28.259	28.263	136.877	136.889
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(7.061)	(2.544)	(34.216)	(12.320)
Incentivos fiscais	7.891	-	24.869	-
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	-	-	13.296	-
Total da despesa com tributos	830	(2.544)	3.949	(12.320)
Alíquota efetiva	-2,98%	9,14%	-3,01%	9,38%



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Nos semestres

	01.01.2020 a 30.06.2020		01.01.2019 a 30.06.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(70.911)	(25.557)	(21.232)	(12.462)
Diferidos	37.984	13.699	(2.491)	(869)
Incentivo fiscal	22.699	-	24.869	-
Total	(10.228)	(11.858)	1.146	(13.331)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	130.839	130.839	142.150	142.150
Adições:				
Gratificação a administradores	872	872	858	858
Doações	24	24	26	26
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	5.034	5.034
Outras despesas indedutíveis	10	15	56	56
Total das adições	906	911	5.974	5.974
Base de cálculo	131.745	131.750	148.124	148.124
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(32.927)	(11.858)	(37.019)	(13.331)
Incentivos fiscais	22.699	-	24.869	-
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	-	-	13.296	-
Total da despesa com tributos	(10.228)	(11.858)	1.146	(13.331)
Alíquota efetiva	7,82%	9,06%	-0,81%	9,38%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre 100% do lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balanças Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	169.449	111.729	57.720	17.382
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	83.851	42.133	41.718	4.579
Provisão para ações judiciais e regulatórias	68.449	59.514	8.935	10.147
Instrumentos financeiros derivativos	-	567	(567)	-
Outras	17.149	9.515	7.634	2.656
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(141.434)	(137.980)	(3.454)	(20.742)
Ativo indenizável (concessão)	(141.734)	(138.254)	(3.480)	(20.771)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.505)	(1.531)	26	29
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	-
Subtotal - impacto no resultado do período	28.015	(26.251)	54.266	(3.360)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	60.043	61.289	(1.246)	53
Plano de pensão	61.050	61.114	(64)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.007)	175	(1.182)	53
Total	88.058	35.038	53.020	(3.307)

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	239.111	91.605
Títulos e valores mobiliários	96.877	77.033
Instrumentos financeiros derivativos - swap	181.101	(15.399)
Consumidores e outras contas a receber	1.306.383	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	73.604	73.540
Ativo indenizável (concessão)	2.616.915	2.372.127
	4.513.991	3.893.326

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 30 de junho de 2020, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.06.2020	31.12.2019
AA-	181.101	(15.399)
Total geral	181.101	(15.399)

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2020	31.12.2019
AAA	308.016	131.827
AA+	20.190	-
Total geral	328.206	131.827

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 30 de junho de 2020, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI).

	30.06.2020
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	1.000.160
Exposição Patrimonial	1.000.160
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(984.037)
Exposição Cambial Total	16.123

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2020	%	31.12.2019	%
Selic	12.567	3,83%	4.502	3%
CDI	312.300	95,15%	124.247	94%
Pré-Fixado	3.339	1,02%	3.078	2%
Total	328.206	100%	131.827	100%

Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2020	%	31.12.2019	%
IPCA	2.616.915	100%	2.372.127	100%
Total	2.616.915	100%	2.372.127	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	20.898	0,78%	23.556	1,07%
TJLP	790	0,03%	13.767	0,63%
CDI	1.547.139	57,74%	1.046.917	47,59%
IPCA	1.104.299	41,21%	1.110.959	50,50%
Libor	6.245	0,23%	4.635	0,21%
Total	2.679.371	100,00%	2.199.834	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 30 de junho de 2020 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 20 e 21 deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 27).

O índice de endividamento no semestre findo em 30 de junho de 2020 é de 43% (39% em 31 de dezembro de 2019), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2020	31.12.2019
Dívida Financeira	2.679.371	2.199.834
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(335.988)	(168.638)
Dívida líquida (a)	2.343.383	2.031.196
Patrimônio líquido (b)	3.142.552	3.114.051
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	43%	39%

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
30 de junho de 2020						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.115	3.335	1.001.135	25.145	-	1.032.730
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	25	49	29.107	209.106	135.532	373.818
Debêntures	-	5.664	57.155	1.650.377	-	1.713.196
Total	3.139	9.049	1.087.397	1.884.628	135.532	3.119.744

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	30.06.2020		31.12.2019		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	239.111	239.111	91.605	91.605
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	96.877	96.877	77.033	77.033
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	28.483	28.483	23.963	23.963
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.306.383	1.306.383	1.294.420	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	73.604	73.604	73.540	73.540
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	183.993	183.993	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	2.616.915	2.616.915	2.372.127	2.372.127
Total do ativo			4.545.366	4.545.366	3.932.688	3.932.688
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	364.582	319.072	385.250	331.077
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.495.730	1.508.353	1.500.587	1.514.643
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.000.160	998.438	298.598	300.844
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	2.892	2.892	13.730	13.730
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	1.669	1.669
Arrendamento financeiro	Custo amortizado	2	7.199	7.199	11.026	11.026
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	54.804	54.804	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	740.516	740.516	866.723	866.723
Total do passivo			3.665.883	3.631.274	3.077.583	3.039.712

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(15.399)
Efeito no resultado financeiro	190.533
Marcação a mercado no resultado	1.669
Marcação a mercado no patrimônio líquido	3.476
Pagamentos	822
Saldos em 30 de junho de 2020	181.101

Em janeiro de 2020 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank realizada em dezembro de 2019. Em janeiro de 2020, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow Hedge, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 1.669.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2020 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 17.12.19 BNP	89.649	87.541	2.108	300.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank	51.127	49.906	1.221	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	21.716	21.397	319	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	6.615	7.385	(770)	50.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank II	11.994	11.913	81	50.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	181.101	178.142	2.959	700.000	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2020.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	30.06.2020	Valores de referência	
					Moeda local	
Contrato de swap					31.12.2019	
BNP	17/12/2019	17/12/2020	CDI + 0,26% aa	89.649		(13.730)
Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	51.127		(1.669)
TOKIO	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	21.716		-
TOKIO II	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	6.615		-
Scotiabank II	01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	11.994		-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2020 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131	63.679	166.373	102.694	222.354	158.675
SWAP BNP 4131 PA	(63.871)	(166.874)	(103.003)	(223.024)	(159.153)
SWAP BNP 4131 PP	3.486	7.113	3.627	8.398	4.912
Scotiabank 4131	37.229	94.438	57.209	126.898	89.669
SWAP Scotiabank 4131 PA	(37.312)	(94.649)	(57.337)	(127.182)	(89.870)
SWAP Scotiabank 4131 PP	1.997	3.875	1.878	4.590	2.593
TOKIO 4131	34.760	89.674	54.914	122.781	88.021
TOKIO 4131 SWAP PA	(34.622)	(89.317)	(54.695)	(122.292)	(87.670)
TOKIO 4131 SWAP PP	2.420	4.365	1.945	5.203	2.783
TOKIO 4131 II	11.679	30.080	18.401	41.166	29.487
TOKIO 4131 II SWAP PA	(11.456)	(29.506)	(18.050)	(40.380)	(28.924)
TOKIO 4131 II SWAP PP	826	1.480	654	1.760	934
Scotiabank II 4131	33.910	85.857	51.947	117.288	83.378
SWAP Scotiabank II 4131 PA	(33.769)	(85.499)	(51.730)	(116.799)	(83.030)
SWAP Scotiabank II 4131 PP	5.877	8.181	2.304	9.026	3.149
Total Despesa	14.833	25.591	10.758	29.787	14.954

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131	63.679	166.373	102.694	222.354	158.675
SWAP BNP 4131 PA	(63.871)	(166.874)	(103.003)	(223.024)	(159.153)
SWAP BNP 4131 PP	3.486	7.113	3.627	8.398	4.912
Scotiabank 4131	37.229	94.438	57.209	126.898	89.669
SWAP Scotiabank 4131 PA	(37.312)	(94.649)	(57.337)	(127.182)	(89.870)
SWAP Scotiabank 4131 PP	1.997	3.875	1.878	4.590	2.593
TOKIO 4131	34.760	89.674	54.914	122.781	88.021
TOKIO 4131 SWAP PA	(34.622)	(89.317)	(54.695)	(122.292)	(87.670)
TOKIO 4131 SWAP PP	2.420	4.365	1.945	5.203	2.783
TOKIO 4131 II	11.679	30.080	18.401	41.166	29.487
TOKIO 4131 II SWAP PA	(11.456)	(29.506)	(18.050)	(40.380)	(28.924)
TOKIO 4131 II SWAP PP	826	1.480	654	1.760	934
Scotiabank II 4131	33.910	85.857	51.947	117.288	83.378
SWAP Scotiabank II 4131 PA	(33.769)	(85.499)	(51.730)	(116.799)	(83.030)
SWAP Scotiabank II 4131 PP	5.877	8.181	2.304	9.026	3.149
Total	14.833	17.052	8.237	20.272	11.457

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$1.671.144 em 2020, R\$3.466.547 em 2021, R\$3.594.793 em 2022, R\$3.771.475 em 2023 e R\$47.937.035 após 2023.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no semestre findo em 30 de junho de 2020 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 8.462 e R\$ 7.575 respectivamente.

36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 1.073.107	R\$ 4.441.200
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642